



## Os negócios de impacto socioambiental no debate sobre o desenvolvimento regional: o caso Justa Trama

Ariana Inês Sachett<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo aproximar os negócios de impacto socioambiental com o contexto do desenvolvimento regional, de modo a evidenciar a relação pelo estudo do caso Justa Trama. Para tanto, foi realizado um ensaio teórico discorrendo sobre os conceitos de território, região e regionalização, sua relação com os negócios de impacto e o caso Justa Trama, de modo a se constituírem como aspectos potenciais para o desenvolvimento regional e que devem ser considerados para a construção das estratégias de incentivo à sustentabilidade, tal como a ENIMPACTO. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliométrica de natureza qualitativa que, por meio do método teórico-dedutivo, se constituiu em um estudo exploratório que visou aproximar as áreas de debate, uma vez que se trata de uma temática emergente e com crescente interesse na realidade brasileira. No caso apresentado foi verificado que, conforme a apropriação territorial por diferentes culturas, como objetos construídos por meio do uso e apropriação do espaço pela sociedade ao longo do tempo, a construção de uma identidade regional baseada em negócios e atores locais fortalece a particularidade da região, como resultado dos aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais, mediando o local e o global de modo a articular um projeto de desenvolvimento regional a partir do potencial do território.

**Palavras-chave:** Negócios de impacto socioambiental; economia regional; território; desenvolvimento regional; sustentabilidade.

### Socio-Environmental Impact Businesses in the Debate on Regional Development: The Justa Trama Case

**Abstract:** *This study aims to connect social and environmental impact businesses to the context of regional development, highlighting their relationship through the case study of Justa Trama. To achieve this, a theoretical essay was conducted, discussing the concepts of territory, region, and regionalization, and their connection to impact businesses as potential drivers of regional development. These aspects should be considered when formulating sustainability strategies, such as ENIMPACTO. To this end, a qualitative bibliometric study was conducted which, using the theoretical-deductive method, took the form of an exploratory study aimed at bringing these fields of debate closer together, given that this is an emerging topic with growing interest in the Brazilian context. The case study reveals that territorial embeddedness occurs through different cultures, shaped by the use and occupation of space by society over time. As a result, the construction of a regional identity based on local businesses and actors strengthens the uniqueness of the region. This process is influenced by historical, cultural, social, economic, and environmental factors, linking the local and global spheres to support a regional development project grounded in the territory's potential.*

**Keywords:** Social and environmental impact businesses; regional economy; territory; regional development; sustainability.

## 1 Introdução

A crise ambiental, em conjunto com as desigualdades sociais, se constitui uma dinâmica complexa que demanda a articulação de diversos agentes, públicos e privados, para a construção de uma ação coletiva com o objetivo de alcançar alternativas. Em vista à busca por estratégias para a sustentabilidade, a partir do interesse nos negócios de impacto socioambiental no Brasil e com a

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). Bolsista CAPES/PROEX, modalidade II. Professora no Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação da Universidade de Santa Cruz do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9191-7781>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5504637355418837>. E-mail: [ariana\\_sachett@hotmail.com](mailto:ariana_sachett@hotmail.com).



publicação da nova Estratégia de Economia de Impacto (ENIMPACTO), reinstituída pelo Decreto nº 11.646 (2023), este ensaio tem como objetivo a aproximação conceitual a respeito do ecossistema de negócios de impacto e o seu papel no território, de modo a destacar a sua contribuição no conhecimento sobre o desenvolvimento regional.

Com a finalidade de articular organizações da administração pública, do setor privado e da sociedade civil para a promoção de um ambiente favorável à economia de impacto (Decreto nº 11.646, 2023), a política pública estabelece ações com potencial para o desenvolvimento. Contudo, para entender sua potencialidade de contribuição, se faz necessário estabelecer a articulação das interrelações destes negócios com o aspecto regional e suas horizontalidades. Para isto, a análise se utiliza do estudo de caso da Justa Trama, cadeia produtiva do algodão agroecológico localizada no Brasil, como caso empírico da articulação da territorialidade por atores locais como impulso para a promoção do desenvolvimento regional destes territórios.

Nesse contexto, este trabalho se apresenta como um ensaio teórico que discorre sobre o conceito dos negócios de impacto socioambiental e sua aproximação com o debate do desenvolvimento regional, a partir do caso empírico da economia solidária, a Justa Trama. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o ecossistema dos negócios de impacto, estabelecendo contexto a nomenclatura emergente, assim como a sua articulação com as categorias relacionadas ao desenvolvimento regional e o estudo de caso apresentado. Dessa forma, se procura estabelecer a relevância do papel da dimensão espacial na dinâmica do desenvolvimento, assim como na análise da complexidade estabelecida na região, de modo a compreender a diferenciação do espaço em constante transformação.

## **2 Referencial teórico**

A abordagem em relação ao desenvolvimento regional possui um caráter estratégico e interdisciplinar, condição necessária para abordar a complexidade dos territórios, em suas multidimensões e multiescalas e a sua relação com o processo de globalização. A partir da interrelação e convergência entre as disciplinas (Lima da Silveira, 2020), a interdisciplinaridade tem potencial para construir a análise regional como resposta a homogeneização dos processos globais e fortalecer as particularidades da região (Etges, 2022; Etges & Degrandi, 2013). Para tanto, se faz necessário compreender os conceitos de território, região e regionalização e, assim, estabelecer as interrelações com os negócios de impacto socioambiental e o seu potencial de impulsionar as especificidades do local.



## 2.1 O território como potencial para o desenvolvimento regional

O território, para além dos limites base de um Estado-nação, representa um objeto construído por meio do uso e apropriação do espaço pela sociedade ao longo do tempo (Santos, 2006). Com características próprias resultantes de aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais, os territórios se agrupam em regiões e condicionam características específicas, sendo a superfície terrestre composta por várias regiões, que se articulam como parte em interação com o todo a partir da formação socioespacial (Santos, 1982) resultante desse processo. Nesse contexto, a regionalização do território pode ser a partir de regiões dadas, definidas com legitimidade e finalidade por alguma instituição específica ou por decisão político-administrativa, assim como a partir de regiões construídas, as quais demonstram características comuns sob determinada análise, construídas socialmente com limitações e potencialidades que as caracterizam (Etges, 2022; Limonad, 2004).

A territorialidade, como uma construção social e identidade cultural do espaço, passa a ser considerada como uma combinação entre o patrimônio natural existente em uma área específica e a apropriação deste espaço pela ação social de diferentes atores, de modo a incorporar o jogo de poder de suas interrelações e a definição de identidade dos seus participantes. Sendo assim, mesmo que também relacionado com limites geográficos, este se apresenta como o resultado de uma ação social, em que há a apropriação de um espaço por meio de um processo de construção de identidade, aprimorada por relações com raízes históricas e configurações políticas, elementos essenciais para o desenvolvimento territorial (Flores, 2006). A partir das relações sociais, do pertencimento dos atores locais e da intensificação da ação coletiva, são criados laços de solidariedade entre os atores para resolver um problema comum. Nesse contexto, o capital cultural local tem o potencial de promover o desenvolvimento do território a partir de sinergia entre atores, sociedade, organizações e Estado, desde que haja uma organização fortalecida para apresentar alternativas aos indivíduos como resposta aos comportamentos políticos tradicionais (Flores, 2006) e em contrapartida a homogeneização posta pela globalização (Santos, 2004).

Além destes aspectos, as questões econômicas também são condicionadas e condicionantes dos territórios, visto que, como apresentado pelos autores Cidade *et al.* (2008), os diferentes regimes de acumulação configuram diferentes formas territoriais. A partir da definição do regime de acumulação, como a convergência entre as mudanças nas condições de produção e nas de consumo em um dado período e, pelo modo de regulação, como os requisitos encarregados de garantir a reprodução continuada do regime de acumulação (Cidade *et al.*, 2008; Harvey, 1992). Ainda, o contexto socioeconômico e ambiental do território condiciona ações públicas e privadas de gestão e organização espacial, de modo a adequar os diferentes grupos ao processo de



institucionalidade, em um sistema de forças institucionais, normas e de comportamento (Flores, 2006).

A transformação político-econômica desta análise sobre o território se apresenta nos estudos de Harvey (1992), o qual demonstrou as mudanças nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, ao longo do final do século XX, como uma transformação nos regimes de acumulação e nos seus meios de regulação. Segundo o autor, houve uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política que determinou o comportamento dos indivíduos de modo a manter o regime de acumulação funcionando. Dessa forma, os comportamentos individuais e os esquemas de reprodução delimitaram complexas interrelações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitiram a dinâmica do sistema capitalista e que se instituíram na configuração dos territórios (Cidade *et al.*, 2008), articulação que define o território como um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente (Flores, 2006).

A articulação desse arranjo dá sentido ao conceito de região, que, mesmo que tenha vários significados, diz respeito a uma distinção e particularidade que estabelece uma identidade regional reconhecida em si mesma. Ao apresentar a natureza do espaço, Milton Santos (2004, 2006) aborda que o sistema técnico atual é resultado da transformação das técnicas ao longo do tempo, em que novas formas de conhecer levam a homogeneização das técnicas em unicidades, impondo o sistema global a coincidir com o saber local. Esta tomada do território pelo motor único, como chama a globalização, exige um conjunto de normas que são impostas, as quais transformaram o meio natural ao meio técnico-científico informacional a partir da transição dos meios do conhecimento, seu acesso e disseminação. Por meio da mudança dos arranjos que a ação dos atores hegemônicos é viabilizada sobre o território, com complexas relações que se transformam continuamente na região.

Em relação ao significado de região para a Geografia, as abordagens se distinguiram de acordo com as interpretações da própria disciplina, passando desde a descrição do ambiente natural, regionalização política e econômica, para o entendimento da diversidade particular de uma porção do espaço e construção do território (Etges, 2022). A geografia crítica distinguiu a região como o estudo das diferenciações da superfície terrestre, principalmente com a percepção da abordagem fenomenológica e marxista dos territórios. O espaço vivido, aquele percebido e interpretado pelas pessoas, ao se constituir como região, passou a ser visto como um espaço produto da história e da cultura, a partir dos valores determinados pelo indivíduo e realizados coletivamente. Com o sentimento de pertencimento em relação a região, por meio de uma construção mental subjetiva de um grupo social, a consciência coletiva passou a entender como a humanidade se coloca na região, em termos estruturais, funcionais e subjetivos. Em relação à



contribuição marxista, os conceitos de historicidade e totalidade, se apresentam com ênfase nas relações sociais de produção estabelecidas no espaço geográfico, sobretudo, na divisão do trabalho e desigualdades sociais entre as regiões (Gomes, 2000; Lencioni, 2005).

Ao encontrar uma personalidade para a região, esta se torna um produto único, formado pela interrelação dos fatores e pela ação transformadora do espaço pelo homem, sendo que nela que ocorre a materialidade da interação com a natureza, constituindo-se uma parte que se interrelaciona com o todo (Santos, 2006). A região está na perspectiva do território como um arranjo territorial particular, sendo as interações e relações entre os atores concretizadas na formação socioespacial (Santos, 1982), como uma concepção do espaço que incorpore as fronteiras ecológicas e abranja a problemática social que resulta do processo histórico, econômico, político, sociocultural distinto. Como um estudo da totalidade e das partes, perspectiva abordada principalmente por Santos (1982, 2004, 2006), a evolução histórica das sociedades é integrada ao contexto, que ocorre no e pelo espaço, unindo abstrato e concreto, global e regional, o novo e o velho, ao mesmo tempo, e criando o particular, como uma mediação entre o local e o global em constante transformação (Etges, 2022; Limonad, 2005).

Tal perspectiva imprime a diversidade no território e apresenta uma região construída, demonstrando o território como espaço das relações humanas, articuladas na sua apropriação. A partir desta visão de território, Santos (2006) transforma o espaço geográfico em uma categoria de análise, incorporando que a compreensão das sociedades também se dá no entendimento de como há a apropriação do espaço, por meio da constituição do território e da formação das regiões. Sendo assim, o espaço é um produto social com processo histórico constituído por fluxos e processos que ocorrem e coexistem no espaço-tempo (Limonad, 2004). A transformação do ambiente natural pela sociedade, ao longo da história, se deu a partir de mecanismos estabelecidos na tecnoesfera, ciência técnica como complemento para agilizar a estrutura a serviço da atividade econômica; e na psicoesfera, reconfiguração de normas e instituições para articular e distribuir a produção (Santos, 2006). Esta percepção de Milton Santos (2006) também pode ser associada ao que Harvey (1992) apresentou como regime de acumulação e modo de regulação dos ambientes, aspectos dependentes um do outro e que promovem o uso do território para atendimento das dinâmicas do modo de produção, estabelecendo a ciência, a técnica, a informação e as instituições como forma de determinar as relações dos atores e o poder político estabelecido no território.

Neste contexto, se transforma não somente o regime de acumulação e o modo de regulação, mas se reorganiza e reestrutura o espaço. Com estas relações entre os diversos atores e agentes sociais, em diferentes contextos territoriais e em uma construção histórica complexa, são estabelecidas novas regiões e novas formas de regionalização. Posto isto, Limonad (2004) identifica que a região é um fato político, dependente do grau de intensidade, escala e abrangência



das articulações dos atores e sua ligação histórica, ocorrendo nas interações verticais e horizontais de poder, de modo a configurar novas territorialidades e novas articulações regionais por meio de uma construção social que atende a interesses políticos. A integração da sociedade na organização do espaço estabelece circunstâncias que são condicionadas também por processos pré-existentes em uma perspectiva dialética. Assim, a articulação de múltiplos agentes em diferentes escalas, cujas práticas e processos socioespaciais, históricos e geograficamente localizados fazem com que o global e o local se afirmem e se neguem dialeticamente na região (Etges, 2022; Limonad, 2004).

Sintetizando este argumento, Etges (2022) apresenta que o território se destaca pelo caráter particular e multiescalar, sendo a dimensão regional (particular) a mediação entre o global (universal) e o local (singular), em uma totalidade histórica contraditória que dá forma às regiões por meio de arranjos socioespaciais, marcados por conflitos e tensões. Esta dimensão da particularidade se expressa na região, originando formações socioespaciais com características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares e que são configuradas ao longo do tempo nas diversas porções da superfície terrestre, como uma região construída, de modo a se estabelecer como uma dimensão essencial para o desenvolvimento. Nesta perspectiva de processualidade e totalidade, as múltiplas determinações são transformadas a partir das contradições da relação entre homem e natureza e na apropriação do espaço pela sociedade (Etges, 2022).

No sentido de que o desenvolvimento regional deve ser percebido como a caracterização das particularidades regionais como potencialidades (Etges, 2022), as regiões que se articulam politicamente em torno de um projeto político de desenvolvimento regional que potencializa suas particularidades, a partir do território e do contexto da globalização, se fortalecem diante da força externa em promoção do desenvolvimento regional (Etges & Degrandi, 2013). Portanto, o desenvolvimento regional está relacionado com a capacidade de potencializar as particularidades dos territórios em contraposição ao movimento da homogeneização promovido pela globalização, sendo o fortalecimento da região a sua discussão central. O território, visto como uma construção social e com identidade cultural, se constitui como um processo de interrelação entre os atores sociais tendo em vista a estratégia para o desenvolvimento, demonstrando a apropriação do meio ambiente e a construção de identidade a partir da territorialidade.

Conforme Etges (2022), para a construção do processo de desenvolvimento regional, há necessidade do entendimento dos encadeamentos entre singular, particular e universal, cabendo ao regional o papel da mediação deste processo. Contudo, a mediação é algo difícil de lidar no desenvolvimento regional, pois trata de conflitos e interesses antagônicos e diversos, mas que deve ser voltada para os interesses dos atores que habitam o território, de modo a fortalecer a região. Lidar com estas tensões inerentes ao território pode ser visto como uma visão audaciosa, mas



possível se a região se constituir como agente de transformação, por meio dos atores locais, fortalecida a partir da discussão das suas diferenciações e da construção de um projeto articulado para o seu desenvolvimento.

Para essa abordagem, Milton Santos (2004, 2006) destaca ao colocar a relação entre espaço e tempo, observando a região como particularidade no plano espacial, como produto e fator do confronto e síntese das racionalidades antagônicas. Sendo assim, a particularidade se concretiza na região, em que as lógicas universais e singulares passam a refletir combinações de modo distinto, criando e sustentando as diversidades (Etges, 2022). A regionalização pode apresentar variações em função da sua finalidade, como uma reflexão teórica ou atender a necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. Portanto, reconhecer a diversidade regional como potencialidade, a partir de uma análise das relações, mediações, contradições, se materializa na construção, desconstrução e reconstrução do território (Etges, 2022).

Com a leitura de Santos (1982, 2004, 2006), para se entender o processo de desenvolvimento se faz necessária a identificação de que ator está dialogando sobre este conceito, de forma a associar o diálogo com a forma regional do território, sua identidade, sentimentos e pertencimento. Para os atores hegemônicos, representados pelos grandes complexos transnacionais há uma desterritorialização apresentada em uma rede vertical, as verticalidades, comandadas pelo mercado em busca do desenvolvimento sustentado ao longo do tempo. Para os atores regionais, por meio de uma sociedade organizada em contiguidade territorial, a região se apresenta por meio de horizontalidades, com comando endógeno do território e em busca do desenvolvimento sustentável. As relações estabelecidas nesse processo interagem nas redes como uma teia, sendo mediadas pela contradição do particular da região.

Sendo assim, as interrelações no território são demonstradas em uma dimensão vertical, a qual é exógena e se impõe ao território, articulada por pontos separados no espaço em conjunto com a dimensão horizontal, a qual se apresenta de forma endógena, baseada nas relações locais dos atores regionais. Ao longo das transformações das técnicas, o período natural descrito por Santos (2006) modificou-se para um período técnico científico-informacional, baseado nestas verticalidades e horizontalidades, avançando de modo a adaptar o meio natural ao longo do tempo. Neste sentido, para Santos (2006), o território se constitui como arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, sendo as verticalidades suportadas em redes pelo território a partir de forças externas, mas que os lugares podem mediar suas relações ao se unir horizontalmente nas ações endógenas de cooperação territorial.

Segundo Flores (2006) a construção social de um território como identidade cultural é uma ação coletiva, determinada em conjunto com um ambiente institucional que regula as atividades



dos atores locais no processo de construção e valorização das especificidades. Com a natureza enquanto patrimônio ambiental, aliada em práticas produtivas e potencialidades econômicas ecologicamente prudentes, as redes sociais estabelecidas pelos atores locais tem potencial de criar uma dinâmica virtuosa nas formas institucionais, estabelecendo a cooperação para valorização da identidade territorial. A diferenciação ocorre por meio de recursos genéricos e específicos, sejam eles socioculturais ou ambientais, que são utilizados como ativos nas estratégias locais de desenvolvimento. Estes fatores são formados pela interação entre o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural presentes no território, cuja dinâmica promove inovação nos sistemas produtivos locais (Flores, 2006).

Aliado a isto, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, Flores (2006) apresenta a necessidade de construção uma visão de mundo na qual o homem não procura controlar a natureza, mas se inserir como parte dela. O autor compreende que ser parte do ecossistema rompe com a dicotomia entre sociedade e natureza, o que forma o socioambiente. Em conjunto, a construção de um compromisso intergeracional faz com que as decisões de hoje levem em conta a manutenção do potencial de uso do patrimônio sociocultural e natural para o futuro, com satisfação de necessidades básicas das populações e a busca por autonomia das diferentes sociedades. Tais ações culminam em estratégias sobre os sistemas socioambientais, criando potenciais processos de desenvolvimento que favoreçam a equidade social e que sejam ecologicamente prudentes a partir da particularidade da região. Com esta argumentação, será abordado na próxima seção os negócios de impacto socioambiental como potencializadores do desenvolvimento regional.

## 2.2 Os negócios de impacto socioambiental no contexto regional

Os negócios de impacto socioambiental correspondem a modelos de negócio que utilizam soluções de mercado para resolver problemas socioambientais, incorporando algum tipo de inovação em produtos, serviços, processos ou modelos de negócios, de modo a envolver o setor privado na busca por soluções da dimensão socioambiental em complementação às políticas públicas (Maciel, 2020). Ao visar o desenvolvimento de uma economia orientada por impacto positivo, estas organizações buscam priorizar as pessoas e o meio ambiente ao utilizarem estratégias de produção, comercialização, finanças e consumo alternativas à lógica econômica predominante para a construção de uma nova economia social e solidária (Pipe.Social, 2019).

Os negócios de impacto são empreendimentos que têm a intenção clara de endereçar um problema socioambiental por meio de sua atividade principal (seja seu produto/serviço e/ou sua forma de operação). Atuam de acordo com a lógica de mercado, com um modelo



de negócio que busca retornos financeiros, e se comprometem a medir o impacto que geram (Pipe.Social, 2019, p.17).

Diante da complexidade e dinâmica do tema, buscou-se uma definição para o conceito, como forma de dar referências e estimular o surgimento de novos negócios de impacto. Correspondendo a uma categoria dentro de uma variedade de perfis de empreendimentos que geram impacto socioambiental positivo, essas organizações combinam características específicas que, em conjunto, trazem uma nova forma de empreender e de resolver problemas socioambientais. Suas características são a intencionalidade de resolução de um problema social e/ou ambiental como atividade principal do negócio, a busca de retorno financeiro, de modo que se opera pela lógica de mercado aliada com o compromisso de monitorar o impacto gerado. Nesse contexto, os compromissos são com o entendimento e solução do problema, com a efetividade do modelo de negócio, do impacto gerado e da governança empregada nesse processo (Pipe.Social, 2019).

Ao buscar entender o mercado brasileiro de impacto, o estudo de negócios de impacto realizado em 2019 identificou onze características para analisar estas organizações, as quais são a intencionalidade de impacto; a atividade principal do negócio; o perfil do beneficiário da solução; o lucro e distribuição de dividendos; o perfil dos empreendedores; o uso de tecnologia na solução; a escalabilidade do negócio; a cultura e governança; a gestão de colaboradores; a gestão da cadeia de valor; e a gestão das externalidades geradas (Pipe.Social, 2019). Nos últimos anos essa forma de organização vem ganhando espaço, conforme o Mapa 2021 de Negócios de Impacto Socioambiental (Pipe.Labo, 2021), desenvolvido pela Pipe.Social em 2021, o crescimento no número de negócios de impacto entre 2017 (579 empreendimentos) e 2021 (1.272 empreendimentos) correspondeu a 119,7% (+693 novos negócios em 4 anos). Com o mapeamento das características, comportamento e forma de pensar destes tipos de negócios, identificando os desafios e oportunidades apresentadas, se demonstra que, para o seu desenvolvimento, o ambiente requer o envolvimento e responsabilidade de muitos atores.

Diante da necessidade de fortalecimento deste ambiente de negócios, políticas públicas são essenciais para desenvolver um ambiente favorável, de modo a apoiar a prosperidade e construir um ecossistema de incentivos. No Brasil foi publicado o Decreto 11.646 em agosto de 2023, reestabelecendo conceitos e objetivos para a promoção de uma economia de impacto, a qual é definida como:

modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e



contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo (Decreto nº 11.646, 2023).

A ENIMPACTO tem como objetivos a ampliação da oferta de capital para a economia de impacto; o aumento da quantidade de negócios de impacto; o fortalecimento das organizações intermediárias, responsáveis pela interrelação entre os negócios e os investidores; a promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto; e a articulação interfederativa com estados e municípios no fomento à economia de impacto (Decreto nº 11.646, 2023). A estratégia, criada originalmente em 2017 pelo Decreto 9.244/2017, foi reformulada em 2019 pelo Decreto 9.977/2019 e tem sua instituição em vigência pelo Decreto 11.646/2023, apresentando que os desafios futuros para evolução do tema se encontram na questão de aumentar a escala de um impacto positivo, o que demanda inovações tecnológicas e políticas públicas para o desenvolvimento do ecossistema de incentivos e fortalecimento da sustentabilidade (Barki *et al.*, 2019).

A crise ambiental, em conjunto com as desigualdades sociais, se constitui uma dinâmica complexa que demanda a articulação de diversos agentes, públicos e privados, na busca por uma ação coletiva com o objetivo de alcançar alternativas para a sustentabilidade. Para a compreensão do papel dos negócios de impacto socioambiental no contexto regional, também se faz necessário entender como o processo de globalização se comporta no território, de modo a criar uma dinâmica particular para cada região. Ao longo da história, os negócios têm sido capazes de se adequar às tendências de crise do modo de produção, transformando suas dinâmicas e reinventando seus processos, aspectos que podem ser constatados na transição do regime de acumulação fordista para o regime flexível e na sua conseqüente diferenciação do espaço geográfico (Harvey, 1992).

Dessa forma, foi possível responder às oscilações do modo de produção capitalista de modo a sustentá-lo ao longo do tempo. Conforme Lima e Oliveira Neto (2019), as transformações da globalização direcionam as atividades econômicas a novas dinâmicas que requerem adaptação aos novos estágios da competitividade mundial. No âmbito econômico, há a desnacionalização financeira e intensa mobilidade do capital, além da eliminação de fronteiras espaciais e temporais com as tecnologias de informação e comunicação. No quadro político, se transforma a autonomia do Estado Nacional, ao centralizar as decisões em um número minoritário de grandes empresas e instituições com poder econômico global. Em contraposição, a abordagem territorial compreende a promoção de cooperação e complementaridade entre os atores locais a partir das estratégias endógenas de desenvolvimento, coordenadas por estes atores e fundamentadas em fatores de competitividade particulares (Lima & Oliveira Neto, 2019).

Como os processos dominantes em escala mundial têm efeito sobre a escala regional e



local, sob a ótica de uma dinâmica temporal, a fase contemporânea do desenvolvimento econômico internacional caracteriza-se pela emergência do capital financeiro e pela acirrada competitividade, apoiadas por avanços tecnológicos e flexibilidade nos métodos de produção e de gestão (Cidade *et al.*, 2008). Nesse contexto, a globalização se apresentou como uma resposta à crise capitalista, transformando o regime de acumulação e o modo de regulação, em que surgem novas formas de enxergar a dimensão espacial e territorial como plataforma de criação e implementação de programas de desenvolvimento no plano local e regional. Como as regiões são heterogêneas, o modelo de desenvolvimento a ser estruturado deve incluir o regime de acumulação, o paradigma tecnológico e o modo de regulação das relações (Lima & Oliveira Neto, 2019).

Os estudos de casos que geram um ambiente propício para estratégias de cooperação, inovação e relações de confiança implicam a importância da comunidade local, com valores e princípios convergentes na territorialidade e a existência de instituições que transmitam tais relações ao longo do tempo. A abordagem territorial tem ganhado espaço na definição de políticas de desenvolvimento, sendo o papel da dinâmica das relações locais e a geração de externalidades positivas demonstrados a partir das sinergias internas atuantes, como recursos informacionais, capacitação e interação com os mercados externos, sendo que as dimensões de regulação e governança ganham um papel fundamental para os desafios de cada território. A valorização do papel dos atores sociais e das estratégias integradas de desenvolvimento reforçam os esforços de uma inserção local para o global. Contudo, os aspectos relacionados aos territórios e ao modo de construção social, institucional e histórica inerentes a cada local, podem traçar resultados diferentes nas diversas localidades, devido às singularidades intrínsecas (Lima & Oliveira Neto, 2019).

Conforme Flores (2006) o território construído passa a ser um espaço de desenvolvimento multidimensional, com a potencialidade criada pelo capital social aliada a mobilidade para romper impedimentos político-institucionais. Como um processo de transformações, com o local e o global interagindo no mesmo espaço, tal perspectiva integra a relação entre sociedade e natureza com a valorização coletiva, por meio dos atributos locais ou ativos específicos. Segundo Flores (2006), a diferenciação associa características culturais com os aspectos ambientais do território, construindo elementos particulares que extrapolam os limites locais por meio das relações de produção, comercialização e experiências com o meio externo. Assim, as localidades devem explorar o potencial territorial, como um pluralismo tecnológico de várias técnicas, de modo a unilas com o saber-fazer local. Para essa articulação, o gerenciamento de conflitos e a participação ativa dos atores locais na gestão do desenvolvimento do território são fatores institucionais que estabelecem cooperação e inovação nas economias locais.

Para a melhor gestão do território, Flores (2006) apresenta que as iniciativas de valorização



de produtos com base na territorialidade necessitam de uma governança local. A articulação ampla dos atores locais, que gerencia os conflitos em busca da cooperação voltada para o desenvolvimento sustentável, se fundamenta pela capacidade local das redes de atores se mobilizarem e produzirem este dinamismo inovador. As redes representam o capital social, construído por meio da interrelação entre o Estado, a sociedade local e demais atores e, para o seu sucesso, necessitam de participação, voz ativa e gestão de conflitos e tensões. As dificuldades em implementar esse tipo de estratégia de desenvolvimento não são dadas pelo nível econômico, mas pela capacidade em estimular ou não o capital social e as redes locais, em busca do fortalecimento da autonomia das sociedades (Flores, 2006).

Neste sentido, o Estado tem um papel importante na articulação dos atores e construção de programas de desenvolvimento, principalmente ao estabelecer ações que garantam uma representação democrática, a fim de que os diferentes atores possam participar ativamente da tomada de decisão e tenham acesso à informação, em uma visão territorial de desenvolvimento. Do mesmo modo, ao estabelecer novas formas de coordenação das políticas públicas, no que se refere aos recursos, às populações e aos territórios, baseadas em novas lógicas de desenvolvimento. As políticas públicas devem ter o foco na busca pela equidade social, construindo uma sinergia entre o Estado e a sociedade, compreendendo os conflitos e as negociações entre os atores para atuar em uma ampla participação da sociedade local, desde o levantamento de informações, o planejamento e a execução das ações para a promoção do desenvolvimento (Flores, 2006).

Estes aspectos particulares do território devem ser considerados ao se constituir planos de ação para implementar a ENIMPACTO, pois entender o contexto do território, seus atores, limites e potencialidades pode contribuir para apoiar estratégias de fortalecimento do campo como um todo e a possibilidade de construção de visões de futuro compartilhadas e metas comuns (Barki *et al.*, 2019). Com uma ação pública incipiente e descentralizada até então, a maior integração entre as diversas organizações públicas e privadas pode produzir ações com efeitos multiplicadores, tendo como base o *big push* para a sustentabilidade, um conjunto de investimentos que produza um círculo virtuoso nas cadeias produtivas ao atuar em oportunidades de negócio que proporcionem impactos socioambientais positivos (Maciel, 2020). A ENIMPACTO insere o tema do desenvolvimento de negócios de impacto na agenda do governo federal, o que pode incentivar outras esferas neste caminho, como estados e municípios, assim como articular diferentes órgãos públicos, mas que ainda precisa de tempo para apresentar resultados.

No caso brasileiro, em que se encontram múltiplas desigualdades regionais, o papel do governo depende dos contextos e características locais, o que deve compreender o potencial das particularidades para a promoção do desenvolvimento regional. Conforme Flores (2006), a integração de diversas racionalidades para a sustentabilidade requer a articulação de uma base



institucional, estabelecendo a gestão dos saberes, que favoreçam a integração das especificidades técnicas locais com a perspectiva socioambiental do território, de modo a contar com participação social, descentralização política, autonomia e gestão dos saberes, conflitos e de políticas territoriais e setoriais, em uma ação interdisciplinar no espaço. Ao aglutinar qualidade, criar competitividade, desenvolver novas habilidades e capacidades dos atores sociais com relação a novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis, a territorialidade pode significar um espaço para os sistemas produtivos locais se desenvolverem (Flores, 2006).

Portanto, em relação a dimensão espacial, o território é fundamental para a dinâmica do desenvolvimento local, assim como para a análise e compreensão da realidade complexa da ação da globalização nas regiões. Para Santos (2006) a globalização representa o uso político do sistema técnico em escala global, o que cria um processo de fragmentação espacial que permanece em constante mudança, constituindo a regionalização e transformando o território em um campo de verticalidades e horizontalidades. Dessa forma, as redes de relações, entre a região e a escala global e entre a região e sua escala intrarregional, ganham importância estratégica para a operacionalização da mediação destas interrelações. Nesse sentido, os negócios de impacto podem atuar como mediação entre global e regional através do território, se constituindo como alternativa de desenvolvimento local, ao articular os atores locais na cooperação de um projeto de desenvolvimento para a região, ao mesmo tempo que criam soluções baseadas no capital social e no patrimônio natural do território pela intencionalidade do seu negócio.

Assim, estes negócios representam empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo, articulando o território em uma forma de organização sustentável. Ao considerar que os negócios de impacto constituem empresas que operam entre os limites dos setores privado, público e sem fins lucrativos, há a aproximação de duas lógicas, a lógica de mercado e a lógica social. Dessa forma, se reconhecem oportunidades de geração de lucro e criação de valor compartilhado para atender às demandas sustentáveis em novos modelos, produtos e serviços, pois na centralidade do negócio há a intencionalidade do impacto positivo, de forma a preencher lacunas oriundas das falhas de mercado e de políticas públicas (Pipe.Social, 2019). Este contexto, aliado ao potencial ecossistêmico do território, pode se constituir como alternativa para a sustentabilidade e diversificação do regime de acumulação vigente para um ecologicamente mais consciente e socialmente mais justo. Na sequência será demonstrado o caso da Justa Trama como exemplo de um negócio de impacto positivo articulado nas dinâmicas regionais.



### 2.3 O caso Justa Trama

A Justa Trama se apresenta como uma marca de moda justa, autoral e de produção sustentável, sendo composta por trabalhadores e trabalhadoras organizados em empreendimentos da economia solidária. São mulheres e homens agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, artesãos, coletores e beneficiadores de sementes, organizados na rede da cadeia agroecológica do algodão (Justa Trama, 2024). Denominando-se como gente que acredita no comércio justo e solidário e em relações de produção sem exploração, ao afirmar como missão

articular e integrar os empreendimentos da cadeia produtiva da fibra ecológica através do plantio, transformação, produção e comercialização, promovendo a economia solidária, a sustentabilidade, a agroecologia, o comércio justo, consumo consciente, a preservação do meio ambiente e a distribuição justa de renda para seus associados e a sociedade em geral (Justa Trama, 2024).

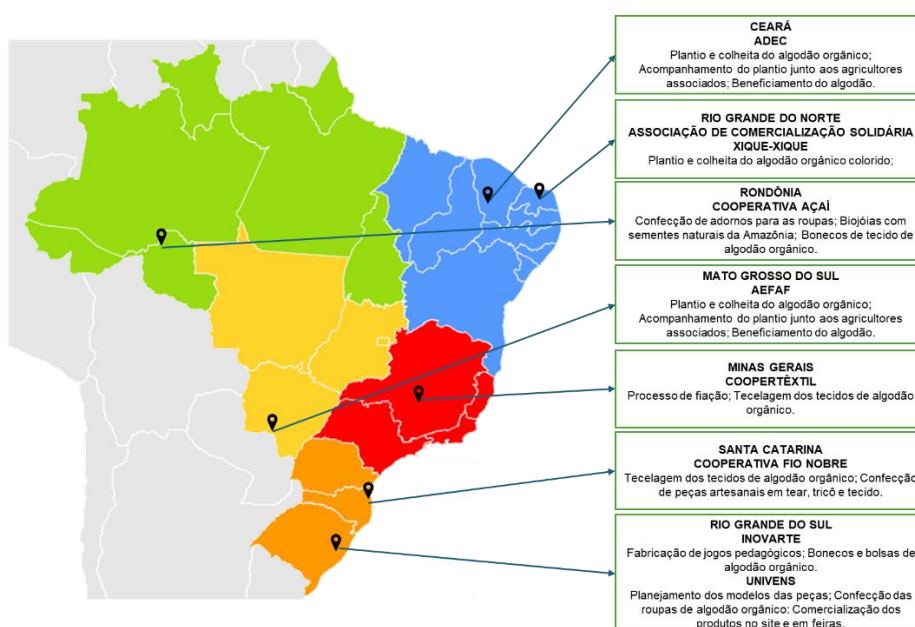
Com uma visão de negócio baseada em “ser referência nacional e internacional de cadeia produtiva integrada de fibras ecológicas da economia solidária, promovendo o desenvolvimento local e sustentável, ambiental e social” (Justa Trama, 2024), os princípios e práticas da economia solidária são guiados pela produção responsável, pela reciprocidade, justiça social, solidariedade e cooperação, em um modelo econômico que se constitui como uma estrutura cooperativista que visa ser mais justa, eficiente e humana. No estudo realizado por Santos *et al.* (2021), os autores apresentam que a Justa Trama se insere nesse contexto como uma alternativa a inclusão social, bem como de geração de renda e trabalho, fundamentadas na sustentabilidade. Pois, por este meio surge a oportunidade dos cooperados ganharem a vida, organizando-se em uma estratégia de trabalho coletivo e emancipatório por meio da autogestão e cooperação, seja de modo individual, como comunitário.

Como uma resposta à indústria têxtil, potencial agressiva ao meio ambiente, a constituição da Justa Trama representa uma alternativa para uma produção mais consciente. Em um trabalho cooperativista, autogestionário e responsável com o âmbito social e ambiental, que, mesmo se identificando na categoria de economia solidária, esta se relaciona com o conceito de negócio de impacto socioambiental ao ter presente as características estabelecidas para estas organizações, de modo a atuar na resolução de problemas sociais e ambientais enquanto busca resultados econômicos favoráveis à sustentabilidade do negócio, como a geração de emprego e renda dos atores associados. Neste aspecto, há a valorização de diversas famílias em sua abordagem desde a dimensão produtiva do algodão, numa perspectiva agroecológica (Santos *et al.*, 2021), no desenho de ciclo de vida dos seus produtos (Silva & Schulte, 2014), até as relações de trabalho no processo de produção e as estratégias de comercialização até o consumidor final (Fernandes *et al.*, 2023;

Santos *et al.*, 2021).

Constituindo-se em diversas fases e lugares do Brasil, cada região é responsável por um setor de produção, o que proporciona um produto com identidade. Nesta cadeia, demonstrada na Figura 1, cada uma das regiões possui características próprias, articulando suas territorialidades pelos atores locais, apropriando-se do melhor potencial de cada região e encadeando-se em elos com as demais, em busca de sustentabilidade e tendo como base as relações endógenas e horizontais como mediação com o mercado externo, enquanto estas interações se integram verticalmente nos territórios.

Figura 1 – Os elos da cadeia da Justa Trama no Brasil



FONTE: adaptado de Fernandes *et al.* (2023) e Justa Trama (2024).

Os atores trabalham em elos, que são responsáveis por cada processo da cadeia de valor, iniciando-se com a plantação do algodão orgânico por agricultores familiares, com base ecológica e sem uso de agrotóxicos. No segundo elo, são tecidos os fios de forma coletiva, sendo que, na sequência, se tem o elo formado por mulheres responsáveis por cortar, costurar e produzir diversos modelos de roupas, calçados e mochilas e, também, brinquedos educativos. Por fim, o elo de ornamentos, cuja responsabilidade é produzir acessórios para roupas, colares e botões com sementes naturais da Amazônia (Santos *et al.*, 2021).

Em relação ao desenvolvimento humano, tendo em vista a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento da autogestão, o trabalhador se torna agente, não somente na realização do seu trabalho, mas também como voz ativa na participação coletiva da cadeia. No contexto de busca por transformações, a Justa Trama é vista como pioneira em uma produção



solidária, de modo a articular um ambiente com outra lógica econômica que não a de mercado tradicional. O modelo de produção alcança um determinado grupo de pessoas, dinamizando o negócio com base nos princípios ecológicos e de responsabilidade ambiental, de forma preocupada com o comércio justo, assim como com a relação solidária e de confiança entre as pessoas (Santos *et al.*, 2021). Com o propósito de trazer pequenos trabalhadores ao mercado e se fortalecerem pela união dos seus esforços, houve a incorporação de novos empreendimentos com o objetivo de ganhos mútuos na promoção de uma cadeia completa e na oferta de um produto consciente ao consumidor final (Fernandes *et al.*, 2023).

A partir de processos conscientes, que geram benefícios de formas igualitárias entre os elos e em consideração a sustentabilidade, que além de ter como objetivo a preservação ao meio ambiente, busca a valorização do trabalho humano e das comunidades, abre-se um caminho para um comércio mais justo, com a participação de todos e benefícios sociais ao promover um consumo mais consciente. A dinâmica e prática desses princípios se dão de forma articulada com a autogestão, cooperação, ação econômica e solidariedade, na qual os trabalhadores são ativos nos próprios negócios, de modo a estimular o desenvolvimento local da comunidade por meio da promoção de oportunidades de aprendizagem, tanto didático-pedagógicos, como político-educativos, que agregam autonomia e protagonismo para quem tem comprometimento e vontade de trabalhar e aprender (Santos *et al.*, 2021).

Além da aprendizagem, o benefício da cooperação também se dá a partir da estabilidade comercial, com acesso a novas transações comerciais e superação do gargalo de comercialização, a segurança da cooperativa representa uma proteção que cria vínculos entre os elos da cadeia, em uma relação socioeconômica sensível à associação de pessoas e alto grau de consciência solidária (Santos *et al.*, 2021).

A Justa Trama demonstra que é possível produzir sem superexploração do trabalhador, nem degradação da vida e do meio ambiente, através da inserção social com possibilidade de oportunidade de aprendizagem de conhecimentos e saberes entrelaçados, geração de trabalho e renda, protagonismo e empoderamento das pessoas, um modelo mais justo e igualitário para todos (Santos *et al.*, 2021, p.12).

Nesse contexto, o artigo de Nespolo (2018) apresenta a trajetória de construção da Justa Trama que, a partir de 2003, iniciou a mobilização da governança do projeto pelos atores, os quais se articularam em um objetivo comum, o desenvolvimento local de cada elo da cadeia por meio da distribuição justa de renda, defesa do meio ambiente e justiça social. A iniciativa da rede de cooperação solidária tinha como objetivo a promoção de diferentes atores da cadeia produtiva têxtil visando a produção de têxteis orgânicos, estabelecendo entre os indivíduos valores e princípios fundamentais que viabilizaram a produção e o enfrentamento dos desafios e dificuldades



iniciais, tais como a indisponibilidade de recurso para financiar a compra e ampliação da produção. Segundo a autora, o sonho se traduziu na construção de uma justa trama, o que acabou por nomear o projeto, com foco no crescimento coletivo e no comércio justo se foi agregando valor em cada elo, de modo a garantir o processo de produção de um produto ecológico baseado nos princípios da economia solidária.

Os diversos grupos que formam cada elo são compostos por pessoas que encontraram, seja na agricultura familiar, seja no trabalho cooperativo, uma forma de enfrentar o desemprego e a saída do mercado de trabalho tradicional e estabelecer uma forma de ganhar a vida. Com o aprofundamento dos elos, o diferencial para agregar valor foi estabelecido em sua identidade, trazendo o potencial de cada região como oportunidade de desenvolvimento para essas comunidades. Com a mobilização da ampliação e consolidação da Justa Trama, foi assumido “um compromisso direto de construção de outra economia, onde é possível conciliar justiça social com distribuição de renda e preservação do meio ambiente” (Nespolo, 2018, p. 98). A partir de uma proposta de desenvolvimento sustentável, “cada consumidor desta cadeia é um adepto a outro tipo de consumo e outra forma de viver, outros valores e sobretudo é um comprometimento com o planeta, e, portanto, com a vida” (Nespolo, 2018, p. 99). Dessa forma, os atores, em conjunto, construíram um projeto que misturou ecologia, ideologia e economia como proposta para uma vida melhor.

Compromisso com uma mudança onde você vive, que traz desenvolvimento na melhoria de vida, mas também nas possibilidades de acesso, para que as pessoas sintam que tem um lugar neste mundo, e que é possível vivermos num mundo melhor, onde os filhos tenham um lugar legal para se prepararem para o presente e para o futuro. Construir para os jovens outra possibilidade e outras perspectivas. Que as mulheres possam dançar, ter alegria de viver e que o mundo não se feche na família ou na não família, mas que existe um mundo mais amplo e que a vida pode ter outras possibilidades (Nespolo, 2018, p. 101).

Ao demonstrar que as mudanças locais são transformadoras ao desenvolvimento da vida destas pessoas, Nespolo (2018) coloca que também são necessárias ações para uma visibilidade nacional, espalhando pelo Brasil para construir outra economia, com valores justos e equitativos. Com desafios relacionados ao clima, como secas, chuvas, enchentes e escassez de recursos de financiamento, a cadeia foi construída mediante a governança de atores locais, comprometidos com os princípios e valores que desenvolviam em sua identidade. Ainda, em 2016 foi criado o banco comunitário Justa Troca dentro da comunidade da sede, em Porto Alegre/RS, para fortalecer a organização local e promover desenvolvimento, de modo a se constituir como uma estratégia regional, “nosso grande desafio é mudar o mundo atuando e lutando onde estivermos” (Nespolo, 2018, p. 104). Na sede da Justa Trama, se encontra o banco comunitário Justa Troca, com a moeda



própria chamada de “Justo”, a qual é aceita em todos os estabelecimentos da comunidade, “para promover desenvolvimento local fazendo com que o recurso da comunidade fique na comunidade” (Nespolo, 2018, p. 105).

O estudo elaborado por Silva e Schulte (2014) apresenta que a Justa Trama congrega diversas estratégias orientadas para sustentabilidade social, ambiental e econômica, que perpassam a cadeia criada pelos elos desde o desenho do ciclo de vida dos produtos desenvolvidos, nas etapas de pré-produção, produção, distribuição, até a comercialização ao consumidor final. Segundo as autoras, as estratégias da rede correspondem a alternativas possíveis para a ampliação do desenvolvimento local dessas comunidades, visto que buscam benefícios efetivos e duráveis para os indivíduos e grupos sociais em seus territórios, principalmente ao promover melhorias socioambientais e econômicas fundamentadas nos preceitos da economia solidária.

Com a autonomia dos atores, nas diferentes etapas da cadeia, de modo simultâneo com o alinhamento em seus valores centrais, os quais não se referem apenas na materialização dos produtos e soluções aos problemas, mas na intencionalidade da ação humana e no contexto das relações políticas e sociais, que se dá a reconfiguração contínua dos processos. Nesse sentido, a valorização dos diferentes saberes e das particularidades individuais em um processo dialógico com o todo, compõem o perfil estratégico e sistêmico do projeto (Silva & Schulte, 2014) e se associa com a contextualização da região apresentada neste trabalho. A cooperação dos atores para a valorização da identidade regional, com participação ativa de cada elo para favorecer a equidade social, em um projeto ecologicamente prudente, ocorre pela particularidade na interação com o global, de modo a mediar as interações e conflitos pela governança local estabelecida no negócio.

Assim, os elos da Justa Trama articulam-se com o potencial de cada região para criar um produto único, fundamentado nos princípios de comércio justo, ecoprodutividade e boas práticas de um negócio socioambiental. Para tanto, há a identificação de unidades territoriais com promoção do empreendedorismo local, assim como a geração de conhecimentos sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades potenciais, com promoção de sociabilidades e reconhecimento e valorização da territorialidade (Flores, 2006). Com uma interdependência entre os produtores e criando atores que se beneficiam mutuamente da renda produzida, por meio de um conjunto de bens e serviços complementares que fortalece o mercado local e que colaboram para a formação da imagem do território, através de uma coordenação interativa entre os atores.

A partir destes benefícios gerados no e pelo território, que o excedente econômico se apresenta como coletivo, além de ser um instrumento de equidade social dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável (Flores, 2006). O caso da Justa Trama apresenta iniciativas de valorização de produtos territoriais construídas por uma dinâmica própria, a partir dos atores locais, com apoio de organizações não-governamentais ou das próprias associações locais.



Portanto, estas estruturas de governança podem ser baseadas em uma governança privada coletiva, com uma associação de produtores como ator-chave do território. Ainda, em relação às estruturas empresariais, estas devem estimular a construção de projetos coletivos, que envolvam a cooperação horizontal, no espaço do território, facilitando o fluxo de informações e de ações inovadoras coletivas. Estes elementos são salientados por Flores (2006) e podem ser relacionados com o caso da Justa Trama, sobretudo, a partir dos estudos de Fernandes *et al.* (2023).

As autoras afirmam que a cooperação na Justa Trama possibilita a manutenção do ecossistema, assim como benefícios aos cooperados, acesso a comercialização e a criação de oportunidade de inserção no mercado a pequenos produtores e demais trabalhadores da cadeia. Como forma de superar a distância entre as regiões de cada elo, os diálogos entre os atores se constituem como uma ferramenta para mitigar problemas e promover os benefícios sociais, econômicos e ambientais de conexão entre cada região. Para tanto, as assembleias e reuniões da Justa Trama são uma forma de integração, onde há interação e discussão de assuntos relevantes, em que todos consideram que possuem espaço para fala e sentem que fazem parte do processo decisório. Além disso, demonstram confiança, aprendizado e transparência em suas relações, mesmo que em níveis diferentes, conseguem captar e reproduzir o conhecimento na cadeia produtiva e na relação com os demais. Estes aspectos fazem com que as decisões tomadas sejam legítimas e criem uma sinergia na cadeia, pois a existência de transparência na Justa Trama deriva da comunicação que possuem, assim como da segurança do seu estatuto social, no qual foi determinado que a cooperativa deve dividir igualmente os direitos e deveres, incluindo os recursos financeiros, entre todos os elos (Fernandes *et al.*, 2023).

Além do desenvolvimento social e econômico, as vantagens ambientais são evidenciadas pelas transformações dos hábitos dos próprios indivíduos, que também constroem a sustentabilidade fora da cadeia. Para isto, o diálogo estabelecido desde a formação da Justa Trama é uma peça-chave para o seu processo, ao construir incentivos às boas práticas de produção e de cooperação entre os elos. Dentre os benefícios sociais gerados se destacam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, os cursos para a comunidade, a interação entre as diferentes regiões e a participação dos trabalhadores em feiras e fóruns, demonstrados como forma de aprendizado para os indivíduos. Em relação aos benefícios econômicos estão a inserção dos trabalhadores no mercado, a maior fonte de renda, o desenvolvimento local e o aumento do poder de compra. Em relação aos benefícios ambientais, estes ocorrem na produção que segue princípios da agricultura orgânica, utilização de novas fontes de energia, na reutilização de tecidos, incentivo a hábitos sustentáveis entre os atores e promoção da importância do consumo de produtos orgânicos (Fernandes, *et al.*, 2023).

A partir das relações sociais, preenchidas com pertencimento dos atores locais à identidade



construída, a criação de laços de solidariedade fortalece a territorialidade, condicionando as normas sociais e os valores culturais e estabelecendo um encadeamento de forças positivas na diferenciação do território. Neste contexto, a Justa Trama, como negócio de impacto socioambiental, constitui capital social que articula as potencialidades ecológicas do território como propulsor do desenvolvimento regional das comunidades inseridas na cadeia. Assim, o capital social construído tem o potencial de promover o desenvolvimento do território por meio da governança e economia regional, como resultado da sinergia entre os atores na construção da ação coletiva para a sustentabilidade.

### 3 Considerações finais

A partir da desconstrução da racionalidade da globalização, se faz necessária a construção de uma racionalidade local, voltada à natureza como requisito da vida e às economias regionais em suas condições ecológicas. Com isso, se utiliza de inovações para aumentar a ecoprodutividade dos territórios, baseando-se na construção de uma governança local, incentivada pela ação coletiva e articulada pelos atores locais em busca do fortalecimento da região diante da força externa e da promoção do desenvolvimento regional. Neste sentido, a regionalização ocorre a partir das condições de sustentabilidade e produtividade do próprio território por meio do reconhecimento da sua diversidade e potencialidade. Como é possível verificar no caso da Justa Trama, os negócios de impacto socioambiental têm se mostrado como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento regional, estimulando o capital social e o desenvolvimento endógeno do território, aspectos que devem ser considerados no estabelecimento de uma estratégia nacional tal qual a ENIMPACTO.

A partir da complexidade de relações entre o homem e a natureza que a região se articula pela formação econômica e social na apropriação dos territórios, sendo o desenvolvimento regional o resultado do processo de potencialização das particularidades. Em relação ao contexto regional, a abordagem sobre o desenvolvimento possui um caráter estratégico e interdisciplinar, visto a complexidade dos territórios, suas multidimensões e multiescalas e a sua relação com o processo de globalização. É o crescente interesse sobre o termo negócio de impacto como alternativa para a sustentabilidade, que possibilita uma reflexão teórica sobre sua contribuição ao debate do desenvolvimento regional. Ao apresentar uma combinação de diferentes lógicas institucionais, estes negócios se constituem como organizações híbridas e estabelecem um conceito polissêmico. Contudo, estas organizações e suas interações com os agentes no território têm potencial de promover o desenvolvimento regional ao estabelecer alternativas para a lógica do regime de acumulação vigente e se preocupar com a intencionalidade de buscar soluções a



problemas sociais e ambientais.

Nesse sentido, a cadeia da Justa trama é composta por elos produtivos localizados em diferentes regiões do Brasil, que consistem em associações e cooperativas organizadas desde a produção agrícola, beneficiamento, fiação, tecelagem e confecção de roupas e acessórios para a cadeia produtiva do algodão agroecológico. Com base nos princípios de economia solidária, a intencionalidade se encontra na criação de um produto sustentável, com respeito ao meio ambiente e às relações humanas, englobando os princípios de comércio justo, solidariedade, cooperação e autonomia para todos os atores envolvidos em cada elo da rede. Sendo assim, conforme os territórios, como objetos construídos por meio do uso e apropriação do espaço pela sociedade ao longo do tempo, são apropriados por diferentes culturas, a construção de uma identidade regional baseada em negócios e atores locais fortalece a particularidade da região, como resultado dos aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais.

#### 4 Referências

- BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- BENKO, Georges. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BRASIL. **Decreto n 11.646, de 16 de agosto de 2023**. Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 157, p. 10, 17 ago. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11646.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11646.htm). Acesso em: 17 set. 2023.
- CIDADE, Lucia C. F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], n. 20 (2008), p. 13-35, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8634>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- ETGES, Virginia E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- ETGES, Virginia E. Desenvolvimento Regional - a região importa?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6450. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6450>. Acesso em: 04 mai. 2024.
- ETGES, Virginia E.; DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 085–094, 2013. DOI: 10.7867/2317-5443.2013v1n1p085-094. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>. Acesso em: 29 mai. 2024.
- FERNANDES, Milene Ovando; AZEVEDO, Denise; CASAGRANDA, Yasmin Gomes. As contribuições dos Diálogos entre Stakeholders para a cadeia produtiva do algodão orgânico: o estudo de caso da cooperativa Justa Trama. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 25, n. 65, p. 1–17, 2023. DOI: 10.5007/2175-8077.2023.e85008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/85008>. Acesso em: 01 mai. 2024.
- FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível em: [https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069\\_FLORES\\_M\\_Identidade\\_Territorial\\_como\\_Base\\_as\\_Estrategias\\_Developmento.pdf](https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf). Acesso em: 17 mar. 2024.
- GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná (org.). **Geografia - conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JUSTA TRAMA. **Sobre nós, Moda justa, autoral e produção sustentável**. Website com informações da marca. Porto Alegre: 2024. Disponível em: <https://justatrama.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia - a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana F. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LIMA, Elaine C.; OLIVEIRA NETO, Calisto R. Análise do desenvolvimento territorial: a contribuição da experiência italiana. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 51–61, 2019. DOI: 10.20435/inter.v0i0.1796. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1796>. Acesso em: 21 mai. 2024.

LIMA DA SILVEIRA, Rogerio L. *et al.* Os 25 Anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a pós-graduação e pesquisa em Desenvolvimento Regional no Brasil. **Redes**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 1257-1279, 28 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15549>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15549>. Acesso em: 17 mar. 2024.

LIMONAD, Ester. Brasil séc. XXI – Regionalizar para que, para quem? In: LIMONAD, Ester *et al.* **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MACIEL, Lucas Ramalho. **Estratégia Nacional de Investimento e Negócios de Impacto: um grande impulso para o setor no Brasil** [recurso eletrônico]. Repositório de casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil. CEPAL, 2020. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/c.php?g=981128&p=7154548>. Acesso em: 07 abr. 2024.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. Justa Trama, elos solidários. **P2P E INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 88–106, 2018. DOI: 10.21721/p2p.2018v5n0.p88-106. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/4486>. Acesso em: 01 mai. 2024.

PIPE.LABO. **3º Mapa de negócios de impacto: Social + Ambiental** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://mapa2021.pipelabo.com/#section-f>. Acesso em: 01 mai. 2023.

PIPE.SOCIAL. **O que são negócios de impacto: características que definem empreendimentos como negócios de impacto** [recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), 2019. Disponível em: <https://aliancapeloimpacto.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ice-estudo-negocios-de-impacto-2019-web.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, E. S. *et al.* Economia popular e solidária e indústria têxtil: um estudo com base na Rede Justa Trama. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. E051006, 2021. DOI: 10.35642/rm.v5i1.561. Disponível em: <http://www.revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/561>. Acesso em: 01 mai. 2024.

SILVA, Jucelia S. Giacomini da; SCHULTE, Neide Köhler. O caso Justa Trama: contexturas entre a economia solidária e as estratégias orientadas para a sustentabilidade no processo de Life Cycle Design. **Modapalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 46–84, 2014. DOI: 10.5965/1982615x07132014046. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5712>. Acesso em: 01 mai. 2024.